



OBSERVATÓRIO
DO CLIMA



REGISTRO RODA DE CONVERSA
FRAGMENTAÇÃO DE TERRITÓRIOS E
JUSTIÇA CLIMÁTICA

ELABORAÇÃO:
MAÍRA AZEVEDO



1. O EVENTO

Registro da roda de conversa virtual realizada em 07/08/2020 e transmitida pela página Salve o Rio Jaguaribe, no [Facebook](#), como contribuição do Movimento Jaguaribe Vivo para os diálogos climáticos com a Convergência pelo Clima, em parceria com o Gambá, para promoção de participação social na construção de diretrizes a serem incluídas no Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas de Salvador - PMAMC.

Sobre as participantes:

- Mãe Donana - liderança religiosa e cuidadora do Quilombo Quingoma, em Lauro de Freitas Veronica Raquel – artista, diretora de patrimônio das Ganhadeiras de Itapuã, idealizadora do movimento de samba de roda de Itapuã “Nosso Quilombo”
- Clara Domingas - artista-pesquisadora, permacultora, educadora corporal, mestranda em Antropologia (UFBA), Membro do FPI- Fórum Permanente de Itapuã e do Movimento Nosso Quilombo.
- Maria Alice - advogada, mestra em Arquitetura e Urbanismo, escritora. Autora do livro Pedra de Xangô: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador.
- Maíra Azevedo – bióloga, mestra em Imunologia atuante na área de informação ambiental, líder climática (Climate Reality) e co-criadora do Movimento Jaguaribe Vivo

Contamos com o valioso apoio técnico de Edmilson Barbosa na realização dessa conversa virtual.

Agradecemos à audiência!

O encontro aconteceu às vésperas de o Brasil alcançar a triste estatística dos 100 mil mortos pela pandemia provocada pelo novo coronavírus. Na Bahia, marcada àquela altura por 3789 mortes registradas, perdemos na mesma semana duas figuras muito importantes a quem prestamos nossas homenagens. Ambos professores, escritores, e referências de nossa cultura e identidade negra, soteropolitana, brasileira. Jorge Portugal e Jaime Sodré fizeram sua passagem mas nos deixaram um legado expressivo e inspirador para que não esqueçamos de onde viemos e da importância de seguir criando formas de compartilhar nossa expressão no mundo contribuindo construtivamente para a coletividade.

Todas essas partidas são sentidas e aumenta ainda mais nossa dor saber que nesse momento no Brasil estamos convivendo também com a morte de nossas florestas, nossas águas, nossa tão cantada riqueza. Nossa natureza que está sendo envenenada, atropelada, golpeada, escavada, concretada. Tudo isso acontecendo de uma forma brutal, que vem associada com uma cadeia de mais violência e perdas também humanas.

A pandemia não causou crise econômica, de saúde e educação, ela escancarou a crise civilizatória. Estamos sendo desafiados a experimentar e estabelecer novas formas de contato, que nos revelam a necessidade de saúde em todas as dimensões de vida e ao alcance de todos. Nesse sentido a promoção de justiça, equidade e garantia de direitos a ambientes saudáveis em todas as escalas é parte da emergência climática.

A Bahia ocupa o segundo lugar no ranking de desmatamento da Mata Atlântica e nossos tomadores de decisão insistem em justificar suas escolhas com argumentos procedimentais e legalistas, desconsiderando até nossa Constituição Federal.

Salvador já sofre escassez de qualidade hídrica e depende majoritariamente de uma fonte de abastecimento que está em franca redução de disponibilidade, assim como nossa biodiversidade, neste cenário de degradação causada pela escolha de um modelo civilizatório altamente predatório. Um modelo que, [segundo artigo publicado em maio na revista *Nature*](#) nos deixou, enquanto

espécie humana, apenas 10% de chance de sobrevivência sem sofrer crises catastróficas como a que viemos enfrentando.

Biodiversidade e água são fundamentais para uma condição ideal de saúde e dependem de ecossistemas íntegros, que por sua vez nos protegem.

O modelo de urbanização vem contribuindo expressamente nessas perdas. Os planejamentos e intervenções urbanas não deveriam aumentar as vulnerabilidades e promover fragmentação, violência, escassez, poluição e morte.

É importante deixar claro que saneamento é uma necessidade reconhecida por todos, assim como outras, mas essas necessidades não podem se traduzir em perdas de benefícios ofertados pela natureza gerando ainda acirramento de conflitos. As populações vulneráveis sofrem mais diante de todas essas consequências. Precisamos discutir conceitos, concepções, prioridades, assegurando o direito constitucional de acesso à informação, à participação social e à justiça. Precisamos de infraestruturas e tecnologias que promovam conectividades. Não temos que ser reféns de opções tecnológicas que nos façam escolher entre uma coisa e outra. O desafio é inovar nas decisões e potencializar a tecnologia da natureza, gerar uma economia que tenha também como foco o bem estar, a saúde ecossistêmica e planetária. A própria Organização Internacional do Trabalho-OIT já apontou o potencial de geração de milhões de empregos numa economia que contemple ao mesmo tempo uma lógica de produção mais responsável com o ambiente.

Estamos aqui para dar visibilidade a essas consequências nefastas da opção por modelos já superados, excludentes e degradantes. Além de irresponsáveis e que se utilizam do discurso da legalidade justificando a apropriação de territórios e bens comuns que representam nossa segurança coletiva e sobrevivência diante de um cenário de emergência climática.

Na nossa roda, contamos com a presença de Mãe Donana - liderança e cuidadora do Quilombo Quingoma, Verônica Raquel - Ganhadeiras de Itapuã e Movimento

Nosso Quilombo, Maria Alice Silva - articuladora e protagonista da criação do Parque Pedra de Xangô, Clara Domingas - Fórum Permanente de Itapuã e Movimento Nosso Quilombo, contando com a mediação de Maíra Azevedo, representante do Movimento Jaguaribe Vivo, que organizou este relato.

Essas representações também compõem a Convergência pelo Clima, espaço de diálogo que reúne diversas outras organizações e representações da sociedade soteropolitana, onde estamos atuando para acompanhar e propor medidas de adaptação climática nas políticas públicas olhando para o nosso território, nossa gente e nossas águas.

Falamos sobre:

- O que representa essa ligação, essa conexão entre os elementos que compõem seus territórios e a identidade e formação da comunidade local;
- a ideia de aproximação ou conectividade entre esses territórios;
- como a fragmentação imposta por infra estruturas afeta esses territórios e em que dimensões a desconectividade se expande.

Dessas questões motivadoras, destacamos, a seguir, algumas expressões que afloraram em nossa roda de conversa.

“A gente vê território como corpo físico, espiritual, ancestral. Onde a Terra, as Águas, a Floresta, os Animais e o Patrimônio Humano são um só organismo. A fragmentação causa a interrupção dessa corrente sanguínea, bombeada pelo coração, que é a ancestralidade, com sua história, seu presente e o futuro a construir e proteger. Fragmentação é um grande e terrível corte nas artérias desse coração.” A fragmentação que vem acontecendo nos territórios é perversa, com a retirada de mata, aquíferos, fauna e flora nativas. O primeiro ataque à nossa identidade é dizer que ser quilombola ou ser de comunidade tradicional é feio, é ruim, é dizer que aquilo com o que você se identifica não serve pra sociedade.

Depois vem derrubada da floresta, é acabar com o que dá sustentabilidade aos povos tradicionais, que é o seu território, o seu habitat. É a interrupção de rios, é tirar o de beber e o de comer dessas comunidades, além de canalizarem todos os dejetos pra esses mesmos rios. Isso é matar de fome, de sede, de espiritualidade um povo que vive inserido nesse contexto de meio ambiente e que até hoje é o povo que mais protege e que mais cuida, assim como as comunidades indígenas. Cada dia os governos entendem de fazer uma estrada, de fazer um condomínio e aí vão destruindo tudo. Acabando com a história, acabando com o meio ambiente, destruindo e levando esses povos tradicionais como nós ao desespero. O que está acontecendo? A comunidade vem perdendo a sua identidade, vem perdendo território. Eles vão fragmentando e cada dia eles vão dizendo o que é o nosso território. Eles vão dizendo "ah, esse pedaço aqui não é seu...isso aqui não é seu..." Mas quem sabe onde começa e onde termina o território é a comunidade que está ali, vivendo há séculos. Eles têm mania de dizer quem nós somos, apontar o dedo "você é... você não é...", mas quem tem que dizer quem somos nós somos nós mesmos. Nosso povo vem sofrendo o tempo todo: a exclusão, o desrespeito... e quando chega num momento desse, onde aparecem os interesses imobiliários, especulativos, de governos municipais, federais, estaduais, eles vêm pra cima da gente, nos deixam o tempo todo sem políticas públicas, nos deixam o tempo todo isolados, não respeitam o que está na Constituição, não respeitam o nosso direito. As leis que garantem nossos direitos nunca são cumpridas. Está lá: não se pode construir uma estrada e nem nada enquanto o território está sendo estudado, está sendo feito seu RTID. Mas o que a gente vê? Agora mesmo tem uma máquina trabalhando aqui e a gente tem que estar todo dia brigando pra não aterrar nossa nascente, a única que restou quando passou a via metropolitana, sem o menor respeito. A gente gritou, a gente chorou, a gente deitou na estrada, a gente fez zoada, mas ninguém acudiu! A gente se vê hoje num momento de total vulnerabilidade. Jogados à revelia, quando se trata de território. Porque eles querem a nossa terra para especulação, para esse maldito capitalismo, essa maldita forma de viver de exploração.

Como sempre, nós estamos aqui na luta e na resistência, pedindo que sejamos respeitados como patrimônio humano, cultural, religioso desse lugar. A fragmentação do território causa uma tristeza, uma dor muito grande. Quando se corta uma veia, uma artéria, perde-se muita força, o coração pára de funcionar. E é isso que eles estão fazendo com a gente. Cortando nosso território de todas as formas com rodovias, servindo à especulação imobiliária desenfreada. O que que esses especuladores querem com tanto ataque? A mata atlântica hoje está quase inexistente nessa região. A gente os vê tomando as áreas dos mares, dos rios, construindo a cada dia, só falta colocarem as construções dentro das águas. Cercam, para que a gente não tenha acesso. Nosso povo sempre viveu aqui, sempre usufruiu e sempre cuidou e zelou, sempre extraiu só o necessário pra sobrevivência. Porque a gente sabe respeitar essa natureza que nos dá e que a gente tem que devolver a ela respeito e proteção. E isso não tem sido respeitado. Pra onde vai tanto concreto? Cada dia a gente sofre vendo os rios sendo aterrados, as nascentes sendo aterradas. A gente está aqui numa luta terrível, numa luta desgastante, dolorosa. Sendo ameaçados de morte, vendo as máquinas adentrando nosso território sem nenhum respeito, sem vir comunicação, sem consulta prévia. Porque quando eles entram não consultam a gente não. Eles vêm pra cima, já dizendo que você não é dono de nada, que você não tem escritura, então não tem como provar. Mas num território quilombola não existe escritura. Ele sempre foi habitado.

Aqui é um núcleo de resistência mais antigo do Brasil. Nosso povo chegou aqui desde 1569 e se estabeleceu aqui. Meus ancestrais viveram aqui nesse território e me trouxeram de volta aqui pra fazer esse resgate. Pra falar dessa história que até então foi silenciada por medo. Porque eles caçavam quem era parente, descendente. Caçavam e matavam mesmo, pra que não se contasse o que aconteceu aqui em 1893, um terrível massacre onde famílias foram mortas, queimadas vivas, açoitadas, no meio de uma barbárie terrível. Nosso povo vem hoje sofrendo toda sorte de discriminação, de falta de respeito, em relação à sua cultura, sua religiosidade, sua ancestralidade. E a gente precisa falar. Precisa perder

o medo, porque o medo é uma prisão e eles querem que a gente fique preso nessas gaiolas, nessas jaulas mesmo do medo. Mas eu aprendi a não ter medo de falar o que eu penso, o que eu acredito, dizer quem eu sou, por conta da ancestralidade me dar a missão de falar, de defender essas terras. Porque aqui é um território sagrado, não pode ser fragmentado da forma como eles querem. Eles têm que respeitar os territórios das comunidades tradicionais, os territórios indígenas. Porque nos protegendo estamos protegendo o meio ambiente, estamos protegendo as águas, aquilo que nos alimenta e gera vida. A gente tem que ter um respeito muito grande a essas comunidades tradicionais, a nossas comunidades tradicionais. Porque nós somos berço da cultura, da fé, do amor, do acolhimento. Os quilombos são lugares de acolhimento, de proteção, de cultura, de muita fé. Por isso eu fui escolhida pela ancestralidade para defender o território quilombola do Quingoma. Não fui escolhida por pessoas, mas pela ancestralidade, por isso estou nesse enfrentamento. Senão, eu estaria no comodismo como muitos estão hoje. Porque falar de meio ambiente, falar de território, falar de direitos hoje, nos deixa sujeitos a sofrer retaliações, boicotes, violência desse Estado terrível, dessa especulação terrível, que nos mata todo dia.

Sem território não somos nada, não temos nada.

Nós aqui nessa roda somos guardiãs desse patrimônio e somos chamadas nessa missão de defender essa terra.” (Mãe Donana)

“Venho expressar nossa indignação com a construção de uma estação elevatória de esgoto às margens de nossa Lagoa do Abaete, que na década de 90 teve as tradicionais lavadeiras afastadas dali com a desculpa de que o sabão que usavam poluía a lagoa. Não se pensou em aproveitar o saber dessas mulheres, por exemplo, numa ação de confecção de sabão para que pudessem ter uma opção de renda e não ficassem vulnerabilizadas, mesmo com farta matéria prima disponível, como dendê e coco. O que trazia visitantes ao Abaete era essa representação de conexão, não o concreto que colocaram no lugar. Itapuã,

território afro- indígena, comunidade, favela, antiga aldeia indígena, antiga aldeia de pescadores. Lugar de pessoas, simples, nativas, enraizadas, pessoas que sabem lidar com a natureza. Pessoas assim são fortes, a vulnerabilidade passa longe delas. Mas a quem interessa ter essas comunidades fortalecidas? Danificar um lugar que é tão importante pra nós comunidade, tão importante pra humanidade!?. A agressão a um lugar como esse atinge a todos nós” (Veronica Raquel, diretora de patrimônio das Ganhadeiras de Itapuã)

Clara Domingas, representante do Fórum Permanente de Itapuã, destaca a fragmentação gerada pelas infraestruturas que ocuparam a orla atlântica de Salvador e também o interior do bairro, padronizando espaços e apagando especificidades. Intervenções que promovem o desconhecimento da memória do patrimônio local em processos de apagamento da identidade negra e afro-indígena do território, dando lugar à poluição, com consequente perda da qualidade de águas (como as do Rio Xangô), de sítios arqueológicos, da “cultura de areia” associada o ecossistema de restinga e a modos de vida da comunidade de pesca, cuja bioeconomia se traduzia na produção de artes e alimento. O Abaeté de hoje é um resquício da fragmentação da restinga do território de Itapuã. E o turismo de entretenimento atual, estimulado por essas infraestruturas construídas, além de degradante vem causando um descompasso entre a imagem vendida e esperada de Itapuã e uma realidade muito empobrecida de identidade por essa fragmentação fruto das intervenções na orla e em todo o bairro.

Outro exemplo expressivo dessa fragmentação foi relatado por Maria Alice Silva, vejamos a seguir. “A Pedra de Xangô está localizada na avenida Assis Valente – principal logradouro que interliga Cajazeiras X, Fazenda Grande I, Fazenda Grande II, Boca da Mata e a Estrada Velha do Aeroporto. Situada nos limites sul da Área de Proteção Ambiental Joanes-Ipitanga, mais precisamente na sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Itapuã, que compõe a Bacia Hidrográfica do Rio

Jaguaribe. A área abriga remanescentes do bioma Mata Atlântica, com diversas fisionomias em diferentes estágios de regeneração, matas ciliares ao longo dos pequenos riachos, pântanos e afluentes presentes nos grotões e vales. Em toda a sua extensão há representações de espécies relevantes da fauna e flora. Considerada, pelas comunidades de terreiros do bairro de Cajazeiras e adjacências, patrimônio cultural, simbólico, mítico da cidade de Salvador, Bahia, a pedra é conhecida também com outros nomes, assim, toda vez que mencionarmos Pedra de Xangô entenda-se Pedra de Xangô, Nzazi, Sogbo, do Buraco do Tatu, do Quilombo do Urubu, da Onça e do Ramalho. Outrora Cajazeiras era uma zona tipicamente rural. Com a finalidade de solucionar a crise habitacional da década de 1970, o Estado resolve construir grandes conjuntos habitacionais distante do centro da cidade. Assim, em 1975, através do decreto nº 24.922, declarou de interesse social e desapropriou as fazendas União, Cajazeiras e Jaguaribe de Cima ou Fazenda Grande e Chácara Nogueira, num total de 16 milhões de m², englobando áreas na BR-324, na altura do Supermercado Makro, até o Km 5,5 da Estrada Velha do Aeroporto, cujos limites abrangiam os bairros de Castelo Branco - Nova Brasília - Golfe Clube e a Represa do Ipitanga (APA Joanes Ipitanga). Rodeada de imensa área de Mata Atlântica, a Pedra de Xangô ficava escondida dentro da mata, conhecida por interessados e devotos zelosos, pois só havia vegetação e rio no local e pouquíssimas trilhas que a imagem aérea não conseguia mostrar com exatidão, devido à densidade da floresta. Em 2005, a pedra foi completamente desnudada, e por pouco não foi implodida, para dar lugar à construção da avenida Assis Valente. Inicialmente projetada para solucionar o problema do esgotamento sanitário da região de Cajazeiras X e seu entorno, a via foi construída sem consulta prévia à comunidade local. Assim, o governo do Estado, através do Programa Sanear, instalou lagoas de estabilização muito próximas ao monumento natural, alterando notadamente a paisagem da região.

Pedras de perfil geológico raro foram subtraídas, árvores seculares e árvores frutíferas foram derrubadas, nascentes e mais nascentes aterradas. A vegetação local, arbórea-arbustiva, a exemplo das áreas de floresta tropical original, foi cruelmente dizimada. A fauna também foi duramente atingida; animais silvestres e

animais domésticos morreram ou evadiram-se. Espaço consagrado aos inquices, voduns, orixás e caboclos, a Pedra de Xangô é uma extensão territorial das comunidades de terreiros de Cajazeiras e adjacências. O monumento sagrado é cenário de inúmeras oferendas realizadas diariamente por adeptos do candomblé das mais variadas nações que, movidos por sentimentos religiosos, ali exercem seus atos litúrgicos para Xangô, caboclos, encantados e os demais integrantes do panteão. Território fragmentado e descaracterizado por essas infraestruturas, apenas em 2016 o movimento em defesa da Pedra de Xangô teve garantido no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU/2016 a criação do Parque Urbano Pedra de Xangô iniciativa da prefeitura e também a criação da APA Municipal Vale do Assis Valente e do Parque em Rede Pedra de Xangô iniciativa das comunidades de terreiros e demais coletivos com a finalidade de preservar todas as áreas verdes ainda existentes no entorno da Pedra de Xangô, restabelecendo assim a conectividade do território e garantindo a realização dos rituais dos adeptos das religiões de matriz afro-brasileiras. A concepção da espacialidade em rede, buscou tecer uma territorialidade em teia, que se flexibiliza no sítio e nas ocupações pré-existentes, garantindo assim a sobrevivência e continuidade de uma gama de espaços sagrados: pedras, árvores, riachos, nascentes, matas. Estes elementos naturais, que já constituíram um todo, tiveram seus territórios desconectados em virtude das intervenções de infraestrutura urbana, saneamento, mobilidade, ocupações habitacionais, ocupações informais tornando-se ilhas, arquipélagos de lugares sagrados que precisam ser reconectados. Decorridos 12 anos de lutas, em 2017, finalmente, a Pedra de Xangô foi tombada pelo Município, através da Fundação Gregório de Mattos. A sociedade civil organizada, notadamente, as Comunidades de Terreiros; o Grupo de Pesquisa EtniCidades do PPGAU-UFBA e, sobretudo, a dissertação “Pedra de Xangô: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador” (indicado como material etnográfico do processo de tombamento) foram fatores importantes nessa conquista. Em 2018, a Pedra de Xangô foi reconhecida no Sistema de Cadastro e Quantificação de Geossítios e Sítios da Geodiversidade (GEOSSIT) da CPRM (Serviço Geológico do Brasil) como patrimônio geológico, geossítio de relevância nacional dada a sua importância científica, turística e cultural. Muito embora, a

Pedra de Xangô seja reconhecida como patrimônio ambiental, cultural e geológico, perdura a lógica nociva dos governos, pois recentemente tentaram instalar uma Estação de Lodo na localidade, o que foi vetado graças à ação do Grupo de Trabalho Externo de Implantação do Parque Pedra de Xangô. Os dois principais quilombos estudados pela historiografia oficial, nas cercanias do município de Salvador, na Bahia, foram o Quilombo do Urubu, entre Pirajá e o Cabula, e o Quilombo do Buraco do Tatu no bairro de Itapuã – Ipitanga. O livro “Caminho das Águas em Salvador: bacias hidrográficas, bairros e fontes”, ao descrever a história do bairro Fazenda Grande I dá notícia que no bairro existe um local chamado de Pedra da Onça, área pertencente ao antigo Quilombo do Buraco do Tatu. Conta a história oral que os negros escravizados fugiam pela fenda da Pedra de Xangô rumo ao bairro de Itapuã. Durante a minha pesquisa de campo foram colhidos alguns depoimentos onde as pessoas afirmaram a realização de caminhadas de Cajazeiras até Itapuã com finalidades religiosas. Cajazeiras limita-se com Pirajá, Cabula, Itapuã, Aeroporto. Durante a Segunda Guerra Mundial, na década de 1940, foi edificada a Estrada Velha do Aeroporto (EVA), atual Avenida Aliomar Baleeiro para ligar a base aérea (Aeroporto) à base naval (São Tomé de Paripe). Esta avenida situa-se entre o bairro de Pirajá e o bairro de Muçurunga, próximo ao Aeroporto Internacional de Salvador, dois locais essenciais para o armazenamento e escoamento de produtos bélicos. Ora, se em meados de 1940, Cajazeiras já era considerada uma via direta para chegar ao outro lado da cidade, nas insurreições negras, é bem provável que os escravizados utilizavam a mesma rota para chegar ao Quilombo do Urubu ou ao Quilombo do Buraco do Tatu. A cidade de Salvador possuía 10 (dez) freguesias urbanas e 10 (dez) freguesias rurais. A Pedra de Xangô está localizada no Miolo é possível que ela estivesse na poligonal da freguesia do Quilombo do Buraco do Tatu e também na do Quilombo do Urubu. Em 06 de maio de 2017, o Monumento Afro-religioso foi tombado pela Fundação Gregório de Mattos como “Pedra Sagrada do Antigo Quilombo do Buraco do Tatu, Pedra de Xangô, Nzazi , Sogbo, e também da área considerada Remanescente de Antigo Quilombo, bens culturais situados na Fazenda Grande II e Cajazeiras tornando-se patrimônio cultural da cidade de Salvador”. O Parque em Rede Pedra de Xangô é uma proposta pioneira para

cidade. Será o primeiro Parque em Rede da América Latina, até onde foi pesquisado. Em 2016 pensávamos localmente, ou seja, Cajazeiras composta de 14 (quatorze) bairros. Acontece que não podemos caminhar fragmentados, precisamos trabalhar pela convergência dessas lutas. O Plano Municipal de Mata Atlântica utilizando a metodologia do Parque em Rede trouxe como indicação a criação do Corredor Ecológico Pedra de Xangô. Esse corredor propõe a revegetação de espaços e outros projetos na área de influência da APA Estadual Joanes Ipitanga e do Vale Encantado, mais especificamente na da Bacia Hidrográfica do Rio Jaguaribe. Já existem recursos para tais ações. Por tudo aqui exposto e por tudo que essas áreas de remanescentes representam para Salvador é legítimo e necessário que essa política de conectividade seja estendida. É um grande desafio, mas juntos somos mais fortes.”

Entendemos que, além do que expressamos na conversa em nossa roda, podemos pontuar algumas reflexões para encaminhamentos pela promoção de justiça climática como medida adaptativa, como contribuição no âmbito da Convergência pelo Clima:

- 1) Promover a gestão popular do patrimônio;
- 2) Ampliar o acesso à informação e à participação social nas discussões sobre soluções tecnológicas e incorporar a escuta das sugestões nos processos participativos, dando luz às considerações da comunidade, para os projetos e construção das soluções que valorizem efetivamente os territórios como patrimônio natural, paisagístico, cultural e humano;
- 3) Não individualizar as lutas. Criar um levante dos povos de quilombo e outras comunidades tradicionais. Fazer uma marcha pelo nosso corpo ambiental-cultural-religioso. Marcha pelos territórios;
- 4) Exigir dos governos que respeitem a nossa história, nossos sítios arqueológicos;

- 5) Territórios sagrados são inegociáveis. “Não somos diversão. Somos cultura, somos religiosidade, temos história e essa história tem que ser respeitada”;
- 6) Buscar articulação e integração com outras redes de proteção de territórios e povos tradicionais, como a TICCA (iniciativa para certificação internacional de Territórios e Áreas Conservadas por Comunidades Indígenas e Locais);
- 7) Necessidade de discutir demandas reais, alternativas tecnológicas e o desenho de planejamento, que resgatem e promovam reconexões, associadas com a promoção de emprego e renda;
- 8) Garantia do território como base de sobrevivência, segurança e redução de vulnerabilidades;
- 9) Desconstruir discursos sobre economia e negociações de território por vantagens (formas de corrupção) relacionadas com a imposição de projetos e infraestruturas não discutidas amplamente;
- 10) Restauração dos mananciais do Cobre, Pituáçu, Joanes-Ipitanga e dos territórios costeiros e de pesca de Salvador e Lauro de Freitas, como fator de conectividade e segurança hídrica na região metropolitana de Salvador;
- 11) Efetivação da aplicação da Lei da Mata Atlântica no município de Salvador e sua região metropolitana, como fator essencial à salvaguarda e de remanescentes e regeneração dos ecossistemas que compõem esse bioma, para promoção do acesso aos serviços ecossistêmicos por eles ofertados;
- 12) Promover a integridade do corredor ecológico entre a Pedra de Xangô e o Vale Encantado como núcleo central para expansão da conectividade com outras áreas remanescentes importantes, estendendo o corredor em direção às áreas de mananciais da APA do Cobre, APA Joanes-Ipitanga e APA Abaeté bem como ao sul até em direção aos parques Passa Vaca e Pituáçu, religando esses territórios e criando, por exemplo, o Corredor Ecológico Pedra de Xangô Norte (Pedra de Xangô-Bacia do Cobre) e o Corredor Ecológico Pedra de Xangô Sul (Pedra de Xangô-Orla);
- 13) Exigir a inclusão e discussão dos custos gerados pelas perdas de serviços ecossistêmicos nos valores de projetos de infraestrutura;

- 14) Visibilizar o processo de abandono de espaços públicos e aumento de violência como fator de pressão nas comunidades para imposição das obras e projetos de interesse dos governos;
- 15) Defender a titulação do Território Quilombola Quingoma já!
- 16) Patrimonializar a Lagoa do Abaeté;
- 17) Promover a discussão sobre alternativas locacionais e tecnológicas para tratamento e descarte de efluentes e resíduos, que não piorem a qualidade e saúde das comunidades vulneráveis.

Para nós, fica mais uma vez destacada a importância de ressaltar as águas que nos sustentam, nos unem e conectam nossos territórios!